

Congresso impõe rodízio na Comissão de Orçamento

O Congresso aprovou ontem o novo estatuto da poderosa Comissão Mista de Orçamento, de autoria do vice-presidente da Câmara, deputado Genésio Bernardino, e que praticamente acaba com um cartório de alguns parlamentares que se elegiam exclusivamente para participar desta comissão, e ali exercer sua influência. Para evitar isso, o novo estatuto estabelece um rodízio de um terço nos membros da Comissão de dois em dois anos, bem como uma alternância nos cargos mais importantes, de presidente e relator geral.

Assim, em um ano o presidente será um senador e o relator um deputado. No ano seguinte, os postos se invertem: um deputado passa a presidir e um senador a relatar o orçamento. O mesmo parlamentar não poderá repetir o cargo, e tanto o presidente como o relator serão eleitos entre os membros do partido majoritário, no caso o PMDB. O número de membros também aumentou: passa de 84 para 120. A proporcionalidade se mantém: dois terços de deputados e um terço de senadores.

O número de emendas ao orçamento fica mantido, sem limite para cada membro. Havia parlamentares propondo o limite de 30 emendas, o que foi considerado um cerceamento ao exercício do mandato legislativo. Um ponto, porém, ficou sem definição: o local de funcionamento. Os senadores insistem que a Comissão funcione no Senado e os deputados na Câmara. Deve prevalecer a Câmara, por questões de espaço físico.

O deputado Genésio Bernardino explica as alterações com a necessidade de se acabar com "verdadeiros cartéis" que se

formaram na Comissão. A pressa agora é para que as lideranças designem os membros da Comissão, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem que ser votada até o dia 30 de junho. No ano passado houve atraso na elaboração dessa lei, os prazos estouraram e o governo ficou com o dinheiro em caixa sem poder gastá-lo, o que criou situações ridículas, como falta de luz e de material de escritório no Congresso e em várias repartições públicas. Já o orçamento foi concluído e votado no prazo pela Comissão.

Ex-relator e um dos mais experientes membros da comissão, o deputado João Alves (PFL-BA) alerta que "com esse rodízio, o Orçamento corre o risco de embolar", descartando a hipótese de pleitear novamente a relatoria. Na liderança do PFL, o nome dele é dado como certo para relator da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. "Com o rodízio, a cultura da comissão sai destruída. Os novatos são inexperientes", reforçou José Geraldo (PL-MG). O deputado Israel Pinheiro Filho (PRS-MG) foi um dos dois integrantes cativos da comissão que votaram pelo rodízio, mas explicou: "Se houvesse seriedade, não precisaria nada disso. A comissão poderia ser composta dos mesmos parlamentares, como acontece nos Estados Unidos".

Também o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), acha que se apenas um pequeno grupo detinha o poder na Comissão era porque a maioria se omitia. "Se todos fossem atuantes, os grupinhos não se formariam", emendou. Para ele, que era um dos integrantes cativos da comissão, "venceu o sentimento de ampliação".